

Produto educacional: diário pedagógico sobre práticas de gêneros e sexualidades como potencialidade no ensino fundamental

John Jamerson da Silva Brito¹ 

Resumo

O presente artigo visa problematizar a potencialidade e limites das sugestões de práticas contidas no produto educacional de um Diário Pedagógico, entendendo-o como ferramenta inspiradora para a produção de currículos outros que abarquem as diferenças e trabalhem e discutam as questões de gêneros e sexualidades no ensino fundamental (anos iniciais). O referencial teórico baseia-se nas discussões de gêneros e sexualidades, sustentadas numa perspectiva de entendimento dos processos de (re)produção de normativas e agenciamentos nos espaços escolares, em especial no currículo, como construções discursivas, sociais e culturais de um tempo histórico. A metodologia consiste na análise crítica do diário pedagógico com apontamentos sobre os limites e as potencialidades das práticas contidas no produto, em diálogo com o referencial teórico dos estudos de gêneros e sexualidades vinculados a uma perspectiva pós-estruturalista de inspiração foucaultiana. Infere-se que o diário pedagógico apresenta sugestões de práticas interessantes e potentes, que podem inspirar docentes a produzir outros currículos que subvertam as assimetrias de gêneros e sexualidades presentes nos espaços educativos formais, e assim possibilitem a produção, invenção e criação de práticas pautadas na/com as diferenças. Os limites podem ser entendidos como as resistências que a escola pode apresentar, ou a ausência de formação docente que discuta as temáticas citadas para o uso do referido diário.

Palavras-chave: produto educacional; gêneros e sexualidades; práticas pedagógicas; ensino fundamental.

Educational product: pedagogical journal on gender and sexuality practices as a potentiality in primary education

Abstract

This article aims to problematize the potential and limits of the suggestions for practices contained in the educational product of a Pedagogical Diary, understanding it as an inspiring tool for the production of other curricula that embrace differences and work and discuss gender and sexuality issues in elementary school (early years). The theoretical framework is based on discussions of genders and sexualities, supported by a perspective of understanding the processes of (re)production of norms and agency in school spaces, especially in the curriculum, as discursive, social and cultural constructions of a historical time. The methodology consists of a critical analysis of the pedagogical diary with notes on the limits and potential of the practices contained in the product, in dialog with the theoretical framework of gender and sexuality studies linked to a post-structuralist perspective inspired by Foucault. It is inferred that the pedagogical diary presents suggestions for interesting and powerful practices that can inspire teachers to produce other curricula that subvert the gender and sexuality asymmetries present in formal educational spaces, and thus enable the production, invention and creation of practices based on/with differences. The limits can be understood as the resistance that the school can present, or the lack of teacher training that discusses the themes mentioned for the use of this diary.

Keywords: educational product; genders and sexualities; pedagogical practices; primary education.

¹ Doutorando em Educação, pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Prefeitura Municipal de Davinópolis/MA – PM. Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0502-5122>. E-mail: jamersonbritobr@gmail.com

Producto educativo: diario pedagógico sobre prácticas de géneros y sexualidades como potencialidad en la educación primaria

Resumen

Este artículo tiene como objetivo problematizar la potencialidad y límites de las sugerencias prácticas contenidas en el producto educativo de un Diario Pedagógico, entendiéndolo como una herramienta inspiradora para la producción de otros currículos que abarquen las diferencias y trabajen y discutan cuestiones de géneros y sexualidades en la Educación primaria (primeros años). El marco teórico se basa en las discusiones sobre géneros y sexualidades, sustentadas en una perspectiva de comprensión de los procesos de (re)producción de normativas y mediaciones, especialmente en el currículo, como construcciones discursivas, sociales y culturales de un momento histórico. La metodología consiste en un análisis crítico del diario pedagógico, con notas sobre los límites y las potencialidades de las prácticas contenidas en el producto, en diálogo con el marco teórico de los estudios de género y sexualidad vinculados a una perspectiva posestructuralista de inspiración foucaultiana. Se infiere que el diario pedagógico presenta sugerencias de prácticas interesantes y poderosas, que pueden inspirar a los docentes a desarrollar otros currículos que subviertan las asimetrías de géneros y sexualidades presentes en los espacios educativos formales, y así permitir la producción, invención y creación de prácticas basadas en /con las diferencias. Los límites pueden entenderse como las resistencias que puede presentar la escuela, o la falta de formación docente para abordar las temáticas mencionadas para el uso del citado diario.

Palabras clave: producto educativo; géneros y sexualidades; prácticas pedagógicas; educación primaria.

Considerações Iniciais

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no Brasil são avaliados, acompanhados, e possuem investimentos através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão do Governo Federal ligado ao Ministério da Educação (MEC). Dessa forma, esse órgão não somente avalia, como rege as normativas que os programas devem seguir de forma a controlar, organizar, autorizar e financiar de maneira mais ampla os processos da pós-graduação *stricto sensu* no país. A Capes também é responsável pela normatização e funcionamento de dois tipos de pós-graduação *stricto sensu*, a acadêmica e a profissional. Conforme informação presente no site do órgão, a diferença das duas se situa em,

o mestrado acadêmico visa, primordialmente, o preparo de profissionais para atuação na docência superior e na pesquisa acadêmica. O mestrado profissional é voltado para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho (Capes, 2020, s.p.).

Apesar de o excerto não trazer a informação, as universidades já apresentam também os doutorados (acadêmico e profissional) que seguem a mesma dinâmica citada acima. Nesse sentido, o foco da pós (acadêmica) volta-se mais para a pesquisa e para a docência no âmbito do ensino superior, enquanto a pós (profissional) está



mais atrelada ao aperfeiçoamento profissional, de maneira que contribua no processo formativo em qualquer etapa ou área, não necessariamente com intuito de formar para a docência ou a pesquisa a longo prazo.

Dessa forma, a Capes solicita para os programas profissionais, além da dissertação (para mestrado) e da tese (para doutorado), um produto educacional (PE) como material final para a conclusão dos referidos cursos.

Considera-se Produto/processo educacional (PE) na Área de Ensino, o resultado tangível oriundo de um processo gerado a partir de uma atividade de pesquisa [...] O PE deve ser elaborado com o intuito de responder a uma pergunta/problema oriunda do campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo (UFJF, 2022, s.p.).

O PE possibilita que as reflexões e problematizações construídas e desenvolvidas nas pesquisas das dissertações e teses possam transgredir as complexidades acadêmicas, e sejam partilhadas e acessadas pelos/as participantes investigados/as, e assim contribuam de forma mais direta e rápida com eles/as no campo pesquisado. Nesse sentido, o PE possibilita uma disseminação mais ampla do alcance das pesquisas nos espaços, aqui em voga escolares e curriculares, provocando, tensionando e produzindo efeitos possivelmente mais imediatos.

Nesse sentido, o presente texto tem como objetivo problematizar a potencialidade e limites das sugestões de práticas contidas no produto educacional de um Diário Pedagógico, entendendo-o como ferramenta inspiradora para a produção de práticas pedagógicas. Esse produto foi desenvolvido como parte de uma pesquisa de mestrado², defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas (PPGFOPRED), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) durante os anos de 2021-2023. A referida pesquisa teve como intenção investigar o impacto dos currículos nas trajetórias de vida e nas práticas pedagógicas de docentes LGBTIA+³, por meio da produção de narrativas (auto)biográficas (Brito, 2023).

Em decorrência da dissertação de mestrado, criou-se tal produto inspirado pelas narrativas dos/as docentes, pois na pesquisa supracitada, eles/as indicaram

² A pesquisa de origem foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), e aprovada sob Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 58956122.2.0000.5087.

³ Existem diferentes formas de se referir e utilizar a sigla, porém nesse trabalho opto pelo uso que se referencia a Lésbicas, Gays, Travestis, Trans*, Intersexuais, Assexuais e outras identidades de gêneros e sexuais.



dificuldades em trabalhar com as temáticas de gêneros e sexualidades por conta da resistência que os espaços escolares e currículos apresentam historicamente (Louro, 2018). Porém, as narrativas também indicaram processos e modos de resistência por meio das suas práticas, que motivaram e inspiraram-me a produzir um produto que trouxesse ideias, dicas e formas que inspirem outros/as docentes a trabalharem tais questões nos espaços e currículos escolares.

Pensando a partir disso, esse artigo problematiza tais práticas, e como as mesmas podem ser apresentadas como estratégias potentes na produção de outros currículos que abarquem as diferenças. Para efetivação de tal movimento, irei dialogar com os estudos de gêneros e sexualidades, a partir de autores/as que nos ajudam a pensar nos processos de (re)produção de normativas e agenciamentos nos espaços escolares, em especial no currículo, como construções discursivas e sociais. Para isso, elejo como referencial teórico autores/as vinculados/as a uma perspectiva pós-estruturalista de inspiração foucaultiana para análise do PE.

Sendo assim, esse trabalho organiza-se em duas seções (inicial e final). Na próxima, irei trazer alguns conceitos sobre currículo, práticas pedagógicas e suas relações com as questões de gêneros e sexualidades. Na penúltima seção, apresento a estrutura do produto educacional (diário pedagógico) e as sugestões de práticas contidas nele, e como elas podem ser potentes para o campo educacional e para os currículos, além de discutir seus limites e possíveis usos no espaço escolar.

Gêneros e Sexualidades: interfaces entre práticas pedagógicas e currículos

A escola é um espaço de (re)produção social de normativas, e o currículo torna-se também um local de (re)produção e controle social a partir do que é tido como certo e adequado para determinados corpos e gêneros, e que normatiza a maioria das pessoas que dele fazem parte, por meio de metanarrativas hegemônicas de grupos dominantes (Apple, 1989; Sacristán, 2013) pautadas em binaridades (masculino/feminino; macho/fêmea; meninos/meninas). Sendo assim, os/as professores/as também sofrem forte efeito desse currículo normatizador, que reprime e oprime todas aquelas pessoas que fogem aos padrões socialmente estabelecidos (Paraíso, 2015), pois as práticas pedagógicas dos/as professores/as ajudam a (re)produzir o currículo, e dele fazem parte e deixam suas marcas. Conforme Apple (1989, p. 31) aponta, o currículo e as escolas possuem um papel regulador,



[...] como um aparelho do estado as escolas exercem papéis importantes na criação de condições necessárias para a acumulação de capital (elas ordenam, selecionam e certificam um corpo discente hierarquicamente organizado) e para a legitimação (elas mantêm uma ideologia meritocrática imprecisa, e, portanto, legitimam as formas ideológicas necessárias para a recriação da desigualdade) (Apple, 1989, p. 31).

Dessa forma, os currículos e os espaços escolares tensionam e provocam propagações e (re)produções de determinados discursos que contribuem na manutenção de grupos hegemônicos que buscam manter seus ideais e formas de controle vigentes nas sociedades. Aquilo que é estudado, que é imposto como importante, ou aquilo que deixa de ser estudado e é estabelecido como menos importante, não são escolhas de forma aleatória, mas possuem fortes intencionalidades e finalidades para uma construção ideológica, que em sua maioria cria e (re)produz processos de desigualdades e de subalternizações (Apple, 2006).

Os currículos trazem espectros de narrativas hegemônicas (metanarrativas), e produzem uma “educação que continua sendo **‘enviada’** por esta narrativa hegemônica, se esconde por traz de uma desculpa de universalidade dos conhecimentos que professa a partir de suas metodologias” (Martins, 2004, p. 31-32, grifo próprio), livros e conteúdo que apresentam apenas um lado de uma história vista como a verdade única e inquestionável. Constroem discursos que nublam nossa visão, produzindo construções sociais normativas e padronizadoras, pois esses currículos não apenas ignoram as diferenças, mas as condenam e rejeitam completamente. O currículo, portanto, é

uma **“máquina”**, uma **“máquina de ensinar”** (Giroux, 1995, p. 87) que, ao exercer essa função, diferencia corpos, governa condutas, produz práticas, inclui e exclui, hierarquiza, normaliza e produz divisões e separações: quem sabe e quem não sabe, quem é bom/boa e quem é mau/má aluno/a, quem tem alto e quem tem baixo desempenho, quem é e quem não é adequado/a, quem segue e quem não segue as regras, quem é normal e quem é anormal (Paraíso, 2016, p. 210, grifo próprio).

A diferenciação dos corpos e hierarquização ocorre a partir desses currículos, das relações que os/as sujeitos/as educativos/as possuem nos espaços, da forma que são governados/as, decorrendo na exclusão e segregação (Bento, 2011). Ao mesmo tempo que o currículo regula contribuindo para a formação integral das pessoas, ele também reprime, controlando tudo e todos/as aqueles/as que fogem as normativas socialmente estabelecidas e reproduzidas (Bourdieu; Passeron, 1992). Porém,



também são esses currículos que estão nos *entrelugares*, onde as transgressões, subversões e resistências podem ocorrer a partir de processos reflexivos e problematizadores (Louro, 2014).

Pensando a partir dessas reflexões, é necessário decolonizar os discursos e pensamentos normativos impostos, ao passo que entende-se que todas essas matrizes possuem influências discursivas e culturais de origens coloniais que são (re)produzidas até os dias atuais, por meio de diversas instâncias, em nosso caso a escola e o currículo que (re)produzem narrativas hegemônicas.

A ideia é pôr em questão o conhecimento (e o currículo), pôr em questão o que é conhecido e as formas como chegamos a conhecer determinadas coisas e a não conhecer (ou a desconhecer) outras (Louro, 2018, p. 60).

Sendo assim, é necessário um processo de conhecer, aprender e ensinar, através dele será possível que as temáticas de gêneros e sexualidades adentrem os espaços escolares de forma efetiva, sem que sejam tratadas como assuntos marginalizados e postos como indesejados.

Louro (2018) ainda ajuda a entender que o sexo é construído como algo natural, que é dado a partir do momento do nascimento, sendo escolhido por meio das genitálias (pênis/vulva), e isso define a vida das pessoas, e em consequência provoca as construções dos gêneros e das sexualidades como aquilo que é de menina e de menino, o sexo do interesse amoroso que deve ser oposto ao seu, ou seja, produz os sujeitos a partir de construções discursivas pautadas numa suposta “naturalidade binária” (Louro, 2014).

O gênero é um constructo do sexo (Lugones, 2008), pois é por meio das normativas de gêneros que os padrões são propagados ao longo dos anos, e que essas construções do sexo são dadas como naturais.

Se tomarmos o currículo como um texto “**generificado**” e sexualizado (o que também é), os limites parecem se inscrever nos contornos da premissa sexo-gênero-sexualidade. A premissa que afirma que determinado sexo indica determinado gênero e este gênero, por sua vez indica ou induz o desejo. Nesta lógica supõe-se que o sexo é “**natural**” e se entende o natural como “**dado**” (Louro, 2018, p. 60 - 61, grifo próprio).

O currículo não é neutro, ele é vivo e construído e reconstruído a todo instante, através de discursos que dizem de gêneros e sexualidades (Foucault, 2021). Ele é carregado de normativas e de sexos que são advindos dos mais diversos contextos, e sendo assim não tem como pensar em uma educação ou em práticas pedagógicas



que abarquem a diferença sem levar isso em consideração. Os currículos devem ser feitos a partir dessas realidades... das diferenças.

Aqueles/as que fogem as normativas/padrões são consideradas anormais, fora do meio, outros/as, e sendo assim excluídos/as (Miskolci, 2017). Por esse motivo é que essas problematizações são necessárias de serem realizadas nos currículos e por meio das práticas pedagógicas de professores/as que levem em consideração as experiências, as vidas e a existências das pessoas excluídas e subalternizadas, podendo a educação e o currículo serem espaços de desconstrução e decolonização (Brito; Zaparoli, 2024).

Entender como as práticas pedagógicas fazem o currículo e o currículo refaz e reorienta essas práticas é essencial para problematizarmos a potência do diálogo sobre as questões de gêneros e sexualidades na escola. Recorro a Franco (2012, 2015, 2016), ao me ajudar a pensar em como as práticas pedagógicas diferem-se em um primeiro momento das *Práticas Educativas*, as quais são (im)postas nos currículos, e são os processos mais institucionais e macros produzidos e estabelecidos nos documentos oficiais, como as diretrizes curriculares, livros didáticos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁴, e tantos outros documentos e “guias” produzidos em espaços que não sejam ou levem em consideração os contextos e as realidades escolares (Silva, 2020).

Em seguida temos as *Práticas Docentes*, que são aquelas realizadas de forma individualizada por cada docente (Franco, 2012) seguindo ou não o que as práticas educativas orientam. São as práticas que meramente (re)produzem o que já está posto por outrem, ou pelos documentos oficiais, sem levar em consideração as especificidades das realidades (Bourdieu; Passeron, 1992). Por fim, temos as *Práticas Pedagógicas*, que são gestacionadas a partir de nossa atuação enquanto docentes militantes e produtores/as de conhecimentos outros que resistem aos discursos hegemônicos (im)postos nos currículos, alterando e (des)construindo sua prática docente e a tornando então uma prática pedagógica, como aquelas que a partir de dada realidade modifica-se para atender aos anseios daquele momento, levando em

⁴ Durante a formulação da BNCC e discussões posteriores, os termos e similares “gênero”, “sexualidade”, “orientação sexual” entre outros estavam presentes nas primeiras versões, entretanto, com as disputas políticas e pautadas em processos de ascensão do conservadorismo (Brito, 2023) tais termos foram retirados do documento final. Para mais detalhes, acessar: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/6/ensino-de-ciencias-e-sexualidade-razoes-para-a-exclusao-de-termos-acerca-da-sexualidade-na-bncc>



consideração as práticas sociais de uma determinada cultura e espaço (Brito; Zapparoli, 2024).

Para que essa prática seja então uma prática pedagógica, é necessário que ela possua intencionalidade, seja reflexiva e produzida a partir dos contextos e da historicidade que os processos educacionais se configuram (Franco, 2015, 2016). Nesse sentido, é importante entender que essas práticas pedagógicas são produzidas pelas pessoas sujeitas da educação, alunos/as e professores/as. Essas práticas podem ser espaços de reverberação das dominações excludentes, ou espaços de resistências, de transgressões do que é posto e ensinado. Dessa forma, a presente pesquisa recorre ao último conceito, o de práticas pedagógicas para permear nosso trilhar, enquanto espaço de resistência e transgressão na educação.

Sendo assim, conforme pontua Franco (2016, p. 541), “as práticas pedagógicas se organizam intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais solicitadas/requeridas por uma dada comunidade social” e, portanto, são influenciadas pelos contextos sociais e culturais aos quais os/as docentes estão envoltos/as. Dito isto, a prática pedagógica ocorre a partir do movimento da práxis, da compreensão por parte dos/as sujeitos/as de suas realidades, e a partir da problematização dessas realidades, pois essa prática precisa e necessita ser dialógica.

Dessa forma, torna-se essencial entendermos como o currículo a partir das práticas pedagógicas torna-se e é um instrumento social de dominação e perpetuação das lógicas categoriais dominantes e padronizadoras, e para além, conhecer/entender sobre a construção histórica de dominação e colonialidade (Apple, 1989; Lugones, 2014) que eles agenciam e produzem. Partindo dessa premissa, as possibilidades de um currículo que valorize as diferenças são reais, de um currículo que possa trabalhar com as diferenças a partir da valorização das identidades individuais e da resignificação das práticas pedagógicas. Pois a partir dessa desconstrução e resignificação dessas práticas, possivelmente ocorrerá o processo de problematização e desconstrução dos discursos binários sobre os gêneros e sexualidades que são tão caros para os currículos (Brito; Moura, 2020).

Portanto, torna-se necessário refletir sobre como é importante buscarmos formas e possibilidades de desconstrução desses espaços e do currículo enquanto principal dispositivo de opressão e reprodução (Sacristán, 2013), para que assim, o



currículo torne-se não mais um local de repressão, mas de representação e construção de sonhos (Paraíso, 2015) por meio de práticas pedagógicas transgressoras e de resistência (Franco, 2015).

O Diário Pedagógico: práticas de gêneros e sexualidades e suas potencialidades e limites nos anos iniciais

O objeto de análise dessa seção será o produto educacional “Diário Pedagógico: sugestões de práticas pedagógicas em gêneros e sexualidades para os anos iniciais”⁵ (Figura 01), produzido na pesquisa de Brito (2023), com o objetivo de auxiliar e sugerir ações/atividades que gerem práticas docentes e pedagógicas de valorização e compreensão das diferenças nos espaços educacionais, orientando e inspirando professores/as que não sentem-se seguros/as em trabalhar as temáticas de gêneros e sexualidades, por não terem familiaridade, ou mesmo por não possuírem formação (inicial e continuada) para dialogarem e trabalharem sobre esses temas.

A elaboração desse produto se justificou pelo seu caráter prático e por sua exequibilidade na educação básica, ademais que a partir de minha experiência docente e das experiências dos/as sujeitos/as da referida pesquisa (Brito, 2023), compreendo os entraves e dificuldades em abordar essas temáticas, sendo o diário um suporte interessante para direcionamentos e transgressões nos currículos e nas escolas, pautado na dinamicidade proposta pelos PE's.

O diário pedagógico possui 22 páginas, dividido em diferentes seções e tópicos que irei explorar adiante. O mesmo apresenta sugestões de vídeos, livros e práticas pedagógicas por meio da interlocução de discussões conceituais para o campo dos estudos de gêneros e sexualidades. Para esse texto, irei realizar a análise do diário na íntegra, desde suas páginas iniciais, até as referências apontadas no PE.

O PE não foi aplicado de forma prática em nenhuma escola. Sendo assim, a minha análise nesse texto irá se ater somente as potencialidades e limites que as práticas e sugestões contidas nele podem apresentar. Tal análise se dará dialogando com autores/as do campo dos estudos de gêneros e sexualidades vinculados/as a uma perspectiva pós-estruturalista de inspiração foucaultiana, ao qual irei analisar

⁵ O produto educacional pode ser acessado na íntegra pelo link a seguir: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.22757.58082>



como as práticas podem ser problematizadas por meio dos conceitos e ideias que esses/as autores/as discutem.

Figura 01 – Capa do Produto Educacional “Diário Pedagógico”.



Fonte: Produto Educacional - Diário Pedagógico (2023).

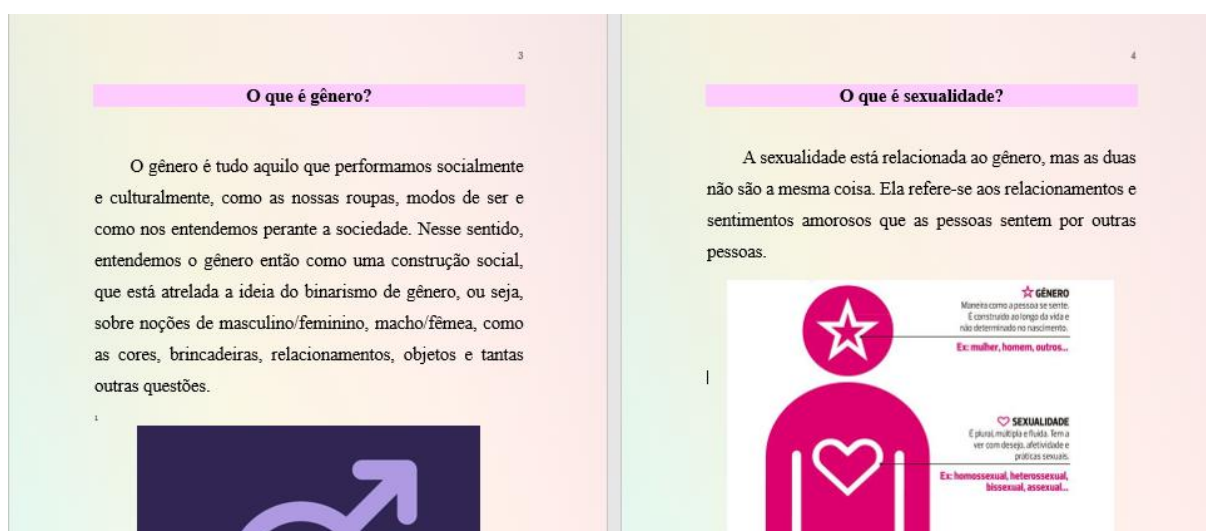
Dessa forma, o Diário Pedagógico se efetiva como produção para orientar os/as docentes de maneira geral que atuem nos anos iniciais acerca de práticas que possam ser realizadas e estejam no cotidiano, para que essas questões adentrem nos espaços escolares, seja de maneira mais direta ou indireta. As práticas sugeridas partem de reflexões empreendidas pelos/a docentes da pesquisa de mestrado (Brito, 2023), e de experiências que tive ao longo dos anos em minha prática docente.

Um primeiro elemento necessário a se pontuar é em relação ao nome do PE, pois o mesmo pode se assemelhar a um guia ou manual, porém não tem tal objetivo. A escolha pela nomenclatura de diário se dá para fugir terminologicamente ao senso comum de que as práticas contidas no produto sejam meramente reproduzidas. Nesse

sentido, a intenção com a opção de tal nome é vinculada para que se torne um artefato mais de inspiração, do que de propriamente replicação/reprodução.

O Diário Pedagógico está organizado em um primeiro momento com uma conceituação didática acerca do que é gênero e sexualidade, trazendo um pequeno esquema para simplificar a diferenciação, levando em consideração que existe no senso comum uma confusão acerca dessas duas categorias, o que se faz necessário diferenciar para um melhor trabalho por parte dos/as docentes (Figura 02).

Figura 02 – Seção inicial do produto com apresentação dos conceitos.



Fonte: Produto Educacional - Diário Pedagógico (2023).

Esses conceitos foram escritos de forma mais simples e didática para que os/as docentes possam ter acesso a uma problematização acerca desses termos e consigam possivelmente a princípio, problematizar e diferenciar tais movimentos. Talvez aqui, já possa apontar uma primeira fragilidade do produto. Apesar de tentar realizar essa breve conceituação, o diário não se adensa muito, e deixa lacunas quanto a uma problematização mais complexa e necessária de tais conceitos. Sendo assim, a apresentação e discussão dos mesmos não consegue de forma clara explicitar para quem lê, como esses movimentos e processos se dão e são problematizados no campo dos estudos de gêneros e sexualidades, através do entendimento que são construções discursivas binárias (Louro, 2014; 2018).

Após essa seção, o produto apresenta indicações de vídeos para fomentar a discussão e formação docente (Figura 03), e em um segundo momento apresenta vídeos que possam ser exibidos em sala de aula e assim consigam de alguma forma

proporcionar um debate e um impacto mais direto com os/as estudantes (Figura 04). Os vídeos possuem links para serem clicados e *QR Codes* para serem escaneados, já que o produto também pode ser impresso, ou trabalhado/enviado de forma digital. O produto está dividido em dois ciclos nessa etapa de vídeos, o primeiro apresenta vídeos para os/as docentes assistirem, e o segundo apresenta vídeos para que os/as estudantes assistam. Esses dois elementos já dialogam com a ideia do PE, de disseminação de um conteúdo acadêmico, porém de forma mais didática nos campos investigados.

Figura 03 – Página da indicação de Vídeos – Ciclo Docente.

5

Indicações de Vídeos

Os vídeos a seguir foram selecionados pensando em reflexões provocadoras que eles possibilitam. Nesse sentido, solicito que você assista a todos antes de prosseguir. Espero que possa refletir a partir das narrativas que são apresentadas. Os vídeos são para sua formação no *Ciclo 01*, e no *Ciclo 02* são para exibição em sala de aula.

Ciclo 01 – Docentes

Vestido Novo (Youtube)

Vestido Novo (Vestido Nuevo, Espanha) é a história de Mario, um menino de 8 anos, que chega a sua classe vestida de menina. A partir daqui, entre a saudade Margarita, a diretora, o psicopedagogo, o pai dela, Santos e sua grande amiga Elena, vão fingir saber o porquê de tal parceria. Mario não vai facilitar para ele.

Link: [Vestido Novo \(link para Youtube\)](#) QR CODE

SCAN ME

Fonte: Produto Educacional - Diário Pedagógico (2023).

Um primeiro elemento interessante a se apontar, é essa divisão de ciclos. A possibilidade de vídeos não somente para que os/as docentes possam ver e assim buscarem um processo de (auto)formação, como também terem indicações de vídeos para os/as estudantes assistirem é bastante potencializadora, pois já instrumentaliza

esses/as docentes com estratégias que podem ser utilizadas/exibidas em sala e já proporcionarem discussões.

Outro ponto relevante, é o produto apresentar *links*, para que sejam acessados (se for compartilhado de forma online), e também possuir *QR Code*, pois se for impresso poderá ser utilizado por meio do escaneamento. Isso possibilita que a sua disseminação seja mais acessível para quem deseje trabalhar com o mesmo. Dessa forma, essa seção não somente demonstra uma problematização, mas também traz elementos que possam ajudar na formação, de maneira que a escola e educadores/as consigam abordar e tratar sobre esses temas, como ressalta Louro (2018). Paraíso (2016) sinaliza também que os currículos (práticas pedagógicas) precisam ser inventivos, para que as diferenças possam “pulsar” e adentrar nesses espaços.

Figura 04 – Página da indicação de Vídeos – Ciclo Estudantes.



Fonte: Produto Educacional - Diário Pedagógico (2023).

Em relação aos vídeos indicados para o ciclo docente, o produto apresenta: Vestido Novo (Youtube); Era uma vez outra Maria (Youtube); Vergonha Nunca Mais

(Youtube). Esses vídeos ajudam a problematizar como as construções sociais e discursivas são produzidas pela cultura (Foucault, 2021), e assim, sujeitos/as dissidentes que não se enquadram em padrões binários ou esperados (masculino/feminino) sofrem processos de subalternização (Miskolci, 2017). Além disso, os vídeos apresentam uma discussão sobre feminilidades e a construção dos processos de machismo e misoginia que ocorrem com mulheres e meninas, possibilitando uma reflexão por parte dos/as docentes desses temas. Apesar de trazerem elementos que discutam gêneros e sexualidades, e o primeiro vídeo seja uma reflexão no espaço escolar, penso que o produto apresenta uma fragilidade ao não trazer mais vídeos que demonstrem o espaço escolar como lócus de resistência, como também as questões que incomodam e inquietam profissionais da educação, pois se houvessem essas indicações, poderiam suscitar e contribuir nas discussões.

Os vídeos indicados para o ciclo de estudantes são: O Desafio da Igualdade (Youtube); Empoderamento das Mulheres (Youtube). As duas sugestões trabalham mais com as questões da diversidade e do machismo contra as mulheres, de maneira que possam discutir sobre isso com os/as estudantes. Entretanto, percebe-se que não houve sugestão em relação a sexualidade, ou mesmo também um vídeo que possa discutir isso no espaço escolar. Dessa forma, aponto como uma fragilidade desse ciclo, entendendo as resistências que os currículos apresentam em trabalhar e abordar sobre tais temáticas (Paraíso, 2015), pode ser que o produto tenha focado mais nessa dinâmica de abordar de forma mais indireta sobre os temas supracitados, por conta dessa dificuldade imposta e criada socialmente nos currículos.

A estrutura do produto segue com a seção que apresenta oito sugestões de práticas pedagógicas para serem produzidas com estudantes de 1º a 5º ano, gerando a possibilidade da inserção de temáticas e discussões sobre gêneros e sexualidades nesses espaços, com artefatos culturais (vídeos, livros, filmes, atividades) sugeridos.

As práticas estão organizadas com nome/tema para identificar; apresentam um objetivo geral de aprendizagem para possivelmente ser efetivado ou alcançado, de maneira que oriente o/a docente a entender como determinada prática pode ser utilizada e aplicada em sala de aula. Apresenta também uma breve metodologia com sugestões e estratégias de como desenvolvê-la, e por fim, traz uma possível reflexão que espera-se alcançar ou produzir com a prática.



Elas estão divididas em dois momentos, no primeiro momento são práticas pedagógicas mais introdutórias e indiretas para se trabalharem com as questões de gêneros e sexualidades, ao qual são nomeadas como Ciclo 01, uma prática por cada série (Figura 05). Já no segundo momento, nomeado como Ciclo 02, estão sugestões de práticas pedagógicas que trabalham mais diretamente com as questões de gêneros e sexualidades, preferencialmente após já terem sido realizadas as práticas do Ciclo 01. Elas são divididas em três práticas, uma prática para as turmas de 1º e 2º ano, uma prática para as turmas de 3º e 4º ano, e por fim, uma prática para a turma de 5º ano (Figura 06).

Figura 05 – Sugestão de Prática Pedagógica para 1º ano – Ciclo 01.


1º ano do ensino fundamental

Nome/Tema:
Desenhando o seu próprio corpo!

Objetivo:
Perceber o seu corpo enquanto produção social de determinado espaço e cultura;

Sugestão da prática:
Conversar com as crianças sobre o corpo delas, perguntando como elas entendem ele e qual sua importância para elas. Em seguida pedir que elas desenhem o corpo delas, e tudo que elas usam no dia a dia nele. Após esse momento, realizar uma roda de conversa, apresentando os desenhos, e indicando junto delas os elementos que apareceram.

Reflexão
Essa prática poderá possibilitar que as crianças entendam com o corpo delas faz parte de determinada cultura e sociedade, e que os elementos que elas utilizam podem estar relacionados as questões de gêneros e sexualidades, como as roupas, acessórios entre outras coisas.



Fonte: Produto Educacional - Diário Pedagógico (2023).

A divisão em ciclos para a sugestão das práticas é algo bastante potente que o produto apresenta. Pois, ao estabelecer no Ciclo 01 práticas mais introdutórias e

indiretas sobre as temáticas de gêneros e sexualidades, permite que os/as docentes consigam trabalhar, sem tantas resistências por parte da escola. Inclusive as sugestões apresentadas como a da prática pedagógica da Figura 05, é contida na BNCC, e diz de uma discussão de gênero que muitas vezes não é vista ou entendida como tal. Louro (2018) sinaliza que as escolas, educadores/as são resistentes, e não sentem-se preparados/as para lidar com essas questões, mas o diário, ao apresentar essa prática como uma sugestão de discussão de gênero, demonstra que isso já vem ocorrendo nos currículos, mesmo sem intencionalidade.

Necessário pontuar que esse movimento é sinalizado por Franco (2016) como importante, pois os/as docentes precisam ter percepção da intencionalidade da prática, para que ela se configure como pedagógica, e, portanto, que os/as docentes consigam problematizar o contexto e a realidade que estão imersos/as. O diário ao apresentar a sugestão de objetivo, e até uma possível metodologia, sinaliza para os/as docentes esse caráter reflexivo e problematizador, apresentando a potencialidade dessas discussões no espaço escolar. Além disso, também apresenta uma expectativa de aprendizagem para o/a estudante, o que permite ao docente que utilize-o para se inspirar, e possa perceber que elementos poderá acrescentar, para que a produção dessa prática permita esse processo de ensino-aprendizagem.

Figura 06 – Sugestão de Prática Pedagógica para 4º e 5º ano – Ciclo 02.

16

3º e 4º ano do ensino fundamental

Nome/Tema:

Completando frases... Ser Menino é... Ser Menina é...

Objetivo:


Entender como meninos e meninas são diferentes mas ao mesmo tempo podem compartilhar aspectos comuns, coisas, objetos, roupas etc...

Sugestão da prática:

Utilizar dois cartões com frases escritas Ser Menino é..., Ser Menina é... colados em um papel 40kg, e solicitar que cada criança escreva em um pedaço de papel já previamente cortado, uma palavra ou frase que complete a que você colou no papel. Elas então devem colar nesse papel logo abaixo. Em seguida você poderá realizar uma leitura coletiva e reflexão. Outras sugestões de frases são: Isso é coisa de menino, Isso é coisa de menina; Menino não pode fazer isso; Menina não pode fazer isso;

Reflexão

Por meio dessa prática, você deverá refletir e conversar com as crianças apresentando que essas definições não são estáticas, ou seja, elas podem mudar, e as pessoas não precisam ficar aprisionadas ou deixarem de fazer algo porque aquilo não é considerado para o seu gênero.



Fonte: Produto Educacional - Diário Pedagógico (2023).

As práticas apresentadas no ciclo 02, diferem-se do primeiro, pois já trazem uma discussão mais direta com o uso até dos termos gêneros e sexualidades. Nesse sentido, essas práticas trazem sugestões que por vezes necessitam de um trabalho prévio com uma possível discussão de outros conceitos. Sendo assim, o próprio diário sugere que primeiro sejam trabalhadas as práticas do ciclo 01, para em seguida serem trabalhadas as do ciclo 02, quase como uma sequência didática. Dessa forma, produzi um quadro para apresentar todas as sugestões de práticas contidas no produto e seus respectivos anos sugeridos para abordagem, contendo os nomes e possíveis objetivos de aprendizagem, conforme descritos no PE (Quadro 01).

Quadro 01 – Sugestões das Práticas Pedagógicas contidas no Diário Pedagógico.

Ciclo 01		
Série/Ano	Nome da Prática	Objetivo
1º ano	Desenhando o seu próprio corpo!	Perceber o seu corpo enquanto produção social de determinado espaço e cultura;
2º ano	Minha família é igual as outras?	Compreender que existem diferentes configurações familiares, e cada qual possui

		suas especificidades, e a sua família não é igual as demais;
3º ano	Brincadeiras de meninas e de meninos.	Desconstruir a percepção de que as brincadeiras tem gêneros, sendo todas elas sem definição e podendo ser brincadas por todos/as;
4º ano	As profissões.	Entender que as profissões não tem gênero, e todos/as podem ser o que quiserem;
5º ano	Coisas de meninas e coisas de meninos...	Refletir sobre o que são coisas de meninas e coisa de meninos, entendendo que essa divisão está na cultura, mas pode ser desconstruída;
Ciclo 02		
1º e 2º ano	Colando o que é de menino e o que é de menina!	Refletir quais objetos/coisas são de meninos e de meninas;
3º e 4º ano	Completando frases... Ser Menino é... Ser Menina é...	Entender como meninos e meninas são diferentes mas ao mesmo tempo podem compartilhar aspectos comuns, coisas, objetos, roupas etc...
5º ano	A desigualdade de gênero entre meninas e meninos...	Refletir sobre a desigualdade de gênero entre meninas e meninos, a partir da leitura de gráficos e notícias.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

As divisões das práticas dizem de um cuidado para com os níveis (série/ano) e a complexidade com os conteúdos abordados. Dessa forma, percebe-se que no ciclo 01, as temáticas abordam questões mais relacionadas ao cotidiano, como as brincadeiras, objetos, conhecimento sobre o próprio corpo, e até as configurações familiares diferentes. Nesse sentido, observa-se que os temas dizem não somente das questões de gêneros e sexualidades, mas atravessam outras temáticas que possibilitam a entrada e diálogo nos espaços escolares e currículos.

Um ponto a se destacar é que talvez algumas dessas práticas, apesar de trazerem reflexões e sugestões, dependendo da forma como o/a docente irá conduzir, podem em vez de problematizar e refletir sobre as construções binárias, provocar e reforça-las. Entendo que o trabalho com tais práticas necessita de uma formação e afetação prévia, que possibilite a esse/a docente problematizar elementos que possam surgir no desenvolvimento da prática.

Destarte a isso, as práticas do ciclo 02 mostram-se mais complexas, e trazem consigo alguns elementos que são similares as do ciclo 01, como objetos, roupas e brincadeiras de meninos e meninas, mas ampliam ao trazerem o debate da violência

de gênero para a turma do 5º ano. A escolha dessa temática para tal turma, se deve pelo nível de ensino em que estão, e pela idade. Utilizo essa reflexão para fazer um paralelo, no qual um dos argumentos para o não trabalho com temáticas de gêneros e sexualidades em determinadas faixas é de que “existe idade ou série certa para se trabalhar tais questões”. Não concordo com tal afirmativa, ao entender que somos sujeitos constituídos pelos gêneros e sexualidades, que são inerentes a nossa existência, e antes mesmos de nascermos, já somos envolvidos em tais construções sociais e discursivas (Foucault, 2021; Louro, 2018), portanto, elas fazem parte de nossos cotidianos desde de nossa existência no mundo social e cultural. Sendo assim, Brito (2023) reflete também acerca da contextualização e da divisão de cada temática/série. Pois é importante ressaltar que tais discussões permeiam todo o processo formativo, mas em diferentes complexidades e abordagens tal qual outros conteúdos do currículo.

Ao pensar nisso, pode-se então afirmar que é necessário trabalhar em cada série/idade de acordo com as complexidades e com os níveis de desenvolvimento de cada criança. Nesse sentido, a temática da violência é trabalhada mais explicitamente com crianças maiores (5º ano), enquanto o conhecimento do próprio corpo é trabalhado com crianças menores (1º ano). Sendo assim, não é que não se possam abordar sobre esses temas em diferentes etapas e séries, mas é como esses temas são abordados, quais as discussões e objetivos que se esperam, exigindo dos/as docentes um cuidado e um planejamento para que tais discussões possam ser empreendidas de maneira potente de acordo com cada faixa etária/série.

As discussões propostas pelas práticas são mais atreladas as problematizações de gêneros, do que propriamente de sexualidades. Entretanto, dependendo de como o/a docente irá abordar, tais discussões podem ser realizadas. Como por exemplo no momento das divisões das coisas de meninos e meninas. Existe uma construção normativa que ao aproximar-se da feminilidade, ou de coisas ditas como de meninas, os meninos são acusados e sofrem um processo de inquisição relacionada a homossexualidade, que é posta como algo ruim, negativa, e de caráter pejorativo (Miskolci, 2017). Dessa forma, podem-se produzir discussões interessantes ao se utilizar dessas temáticas, problematizando o porquê de tais argumentações.

O que evidencia-se na análise do produto, é uma organização metodológica e uma divisão que facilita e ao mesmo tempo possibilita aos/as docentes inspirarem-se.



Porém, é necessário apontar que o uso do diário de forma isolada pode provocar novos/outros processos de subjetivação e assujeitamento (Foucault, 1979). Sendo assim, aponto como necessário um estudo prévio, ou talvez até uma formação continuada para trabalhar com tais sugestões de práticas, e a produção de outras, para que os/as docentes consigam e utilizem o diário numa perspectiva problematizadora. O produto finaliza com indicações de livros para serem lidos, trabalhados e dialogados em sala de aula (Figura 07).

Figura 07 – Seção final do produto com sugestões de livros para serem trabalhados.



Fonte: Produto Educacional - Diário Pedagógico (2023).

O produto apresenta uma gama bastante interessante de sugestões em diferentes perspectivas, indicando materiais diversos para o trabalho com as temáticas de gêneros e sexualidades nos anos iniciais. Inicia com vídeos, depois com ações e práticas em sala de aula, e finaliza com livros que podem ser lidos e discutidos

na sala. Nesse sentido, ele se torna um importante instrumento para apresentar tais questões.

O diário poderia talvez, trazer sugestões de práticas utilizando as próprias indicações, como os livros infantis, os vídeos, assim sugerindo para os/as docentes como realizar em suas práticas utilizando desses artefatos contidos no próprio PE. Dessa forma, nota-se que o diário para ser utilizado, precisa e exige do/a docente um estudo mais complexo e intenso prévio, para que ele/a consiga aproveitar de toda a diversidade e potencialidade que o PE apresenta.

Apesar dessas fragilidades, ele consegue de forma didática trazer exemplos, sugestões e práticas que podem ser efetivamente aplicadas e realizadas em sala de aula, sem a necessidade de materiais caros, que podem gerar um custo elevado. Além de apontar práticas, que a princípio parecem não trabalhar com essas temáticas necessariamente, mas ao problematizarmos elas, as percebemos/entendemos como imersas nessas discussões.

Sendo assim, o diário pode ser um instrumento ou um material pedagógico auxiliar, para que os/as docentes apliquem, se inspirem e (re)produzam essas práticas em seus diferentes contextos. Outro elemento que o PE também pode sinalizar, é seu uso em formações docentes, através de sua aplicação, do seu estudo e da apresentação das práticas como exemplos, para que docentes conheçam e possam inspirar-se em suas práticas educativas, e formadores/as consigam trabalhar de forma didática para transpor e construir esses conhecimentos com os/as professores/as.

Nessa exegese, é que torna-se importante através do estudo e da produção de práticas pedagógicas inspiradas pelo diário pedagógico, questionar/problematizar sobre o processo que o currículo fabrica no ambiente escolar. Sendo potencializador questionar os conteúdos ensinados, como são ensinados, quais ficam de fora, por que ficam de fora, e como as práticas pedagógicas podem intervir nesses processos.

A intencionalidade deve fazer parte da prática docente, para que ela não se perca e se torne mais uma prática reprodutora. É preciso estabelecer objetivos que sejam possíveis, e que partam das realidades, objetivando determinada intenção para que assim seja uma prática pedagógica efetiva na produção dos currículos, pois

é necessário encontrar a diferença de cada um e atentar aos bons encontros de um currículo: aqueles que aumentam a nossa potência de existir e de agir e, conseqüentemente, nos trazem alegrias (Paraíso, 2015, p. 56).



Desconstruir torna-se primordial para pensar em um currículo e em práticas pedagógicas que possibilitem a mudança desse currículo para abarcar diferenças e diversidades plurais.

Considerações Finais

Conclui-se que o diário pedagógico oferece práticas pedagógicas inovadoras que podem inspirar a criação de currículos inclusivos. Dessa forma, o presente artigo teve como objetivo problematizar a potencialidade e limites das sugestões de práticas contidas no produto educacional “Diário Pedagógico: sugestões de práticas pedagógicas em gêneros e sexualidades para os anos iniciais”, entendendo-o como ferramenta inspiradora para a produção de currículos outros que abarquem as diferenças e trabalhe/discuta as questões de gêneros e sexualidades no ensino fundamental (anos iniciais). A partir dessa problematização, apontei alguns elementos que indicam o produto como uma ferramenta interessante para inspirar docentes a produzirem ou até reproduzirem as práticas contidas em suas atuações.

Porém, é necessário indicar que o diário por não trazer algumas discussões teóricas e conceituais mais densas, pode necessitar de uma mediação, ou até mesmo uma formação continuada para que seja utilizado de uma maneira que esteja alinhada com a perspectiva problematizadora que se pretende com as discussões empreendidas nele. Nesse sentido, percebe-se que seu uso é bastante potente em formações continuadas e iniciais de professores/as, para exemplificar e assim discutir como práticas podem ser desenvolvidas no espaço escolar.

Um destaque, é de que o produto consegue dentro dos seus limites trazer sugestões que podem ser facilmente aplicadas nos espaços escolares, e algumas delas até podem burlar a resistência que os currículos apresentam para discutir temáticas como as de gêneros e sexualidades. Além disso, entendo que o diário conseguiu cumprir uma das principais premissas de um PE, que é o de facilitar, mediar e transpor um determinado conhecimento acadêmico para que consiga efetivamente haver um impacto no campo investigado, e possa em certa medida contribuir com o aperfeiçoamento profissional.

O PE analisado não consegue dimensionar ou abarcar a pluralidade de possibilidades que as práticas pedagógicas em gêneros e sexualidades podem produzir. Mas traz pistas, inspirações e indicativos que auxiliam docentes a realizarem



e transporem em suas realidades e contextos. Nesse sentido, possibilitam trabalharem e produzirem práticas pedagógicas pautadas em práticas sociais problematizadoras e reflexivas. É um instrumento muito potente e importante de se partilhar e visibilizar em diferentes contextos da educação básica.

Referências

APPLE, M. **Educação e Poder**. Tradução de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

APPLE, M. **Ideologia e Currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 288p.

BRITO, J. J. S. **Nossa presença incomoda!? A (re)produção dos currículos na formação/experiência de sujeitos/docentes LGBTQIA+**. 2023. 192 f. Dissertação (Mestrado em Formação Docente em Práticas Educativas) – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/4956>. Acesso em: 02 out. 2024.

BRITO, J. J. S.; MOURA, J. F. Narrativas de Crianças Sobre as Relações de Gêneros no Currículo: uma análise à luz dos estudos QUEER. **Humanas Sociais & Aplicadas**, [S. l.], v. 10, n. 28, p. 25–38, 2020. Disponível em: https://www.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/2003. Acesso em: 02 out. 2024.

BRITO, J. J. S.; ZAPAROLI, W. G. Narrativas de docentes LGBTQIA+: currículos e práticas pedagógicas em gêneros e sexualidades. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 1231–1245, 2024. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/16755>. Acesso em: 02 out. 2024.

BENTO, B. Na Escola se Aprende que a Diferença Faz a Diferença. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2024.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Tradução de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992.

CAPES. **Sobre a CAPES**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/sobre-a-cap>. Acesso em: 02 out. 2024.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Thereza da Costa Albuquerque. 12. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCO, M. A. do R. S. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

FRANCO, M. A. do R. S. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], 2015, v. 41, n. 3, p. 601-614. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/gd7J5ZhhMMcbJf9FtKDyCTB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2024.

FRANCO, M. A. do R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [S. l.], v. 97, n. 247, p. 534-551, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdr7RQjJVSPzTq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2024.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3. ed. Autêntica Editora: Belo Horizonte, 2018. 109 p.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 02 out. 2024.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 02 out. 2024.

MARTINS, J. Anotações em torno do conceito de Educação para Convivência com o Semi-Árido. *In*: Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro. **Educação para a convivência com o Semi-Árido Brasileiro**: reflexões teórico práticas. Bahia: Selo Editorial RESAB, 2004. Disponível em:

http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=11317. Acesso em: 02 out. 2024.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 3. ed., n. 6. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

PARAÍSO, M. A. Um currículo entre formas e forças. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 49-58, 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/18443>. Acesso em: 02 out. 2024.

PARAÍSO, M. A. Currículo e relações de gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 206-237, 2016. Disponível em:

<https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723817332016206>.
Acesso em: 02 out. 2024.

SACRISTÁN, J. G. O que significa o currículo? *In*: SACRISTÁN, J. G. (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 17-37.

SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020. 156p.

UFJF. **Produto Educacional**. Disponível em:
<https://www2.ufjf.br/mestradoedumat/discentes/produto-educacional-3/>. Acesso em:
02 out. 2024.

Recebido: 14/10/2024

Aprovado: 17/01/2025

Publicado: 31/01/2025

Como citar (ABNT): BRITO, J. J. S. Produto educacional: diário pedagógico sobre práticas de gêneros e sexualidades como potencialidade no ensino fundamental. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 11, e248825, 2025.

Contribuição de autoria:

John Jamerson da Silva Brito: Conceituação, curadoria de dados, análise formal, escrita (rascunho original) e escrita (revisão e edição).

Editor responsável: Iandra Maria Weirich da Silva Coelho

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

